

Com rapidez, STF confirma CPI

Supremo Tribunal Federal respalda decisão do ministro Barroso que determinou a abertura da comissão, no Senado, para apurar ações e omissões do governo na pandemia. Ministros destacam, porém, que cabe à Casa definir as regras de funcionamento do colegiado

» SARAH TEÓFILO

O Planalto amargou nova derrota no Supremo Tribunal Federal (STF). Num julgamento rápido, a Corte confirmou, ontem, por 10 votos contra um, a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, que determinou ao Senado a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid para apurar ações e omissões do governo no enfrentamento da crise sanitária. O colegiado foi instalado na terça-feira na Casa, mas abrangendo, também, a fiscalização de recursos federais repassados a estados e municípios no âmbito da pandemia.

Relator do **mandado de segurança**, Barroso enfatizou, na sessão, que cabe ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), adotar as providências necessárias para a criação e a instalação da comissão. De acordo com o magistrado, o procedimento a ser seguido pela CPI deve “ser definido pelo próprio Senado Federal, de acordo com as regras que vem adotando para o funcionamento dos trabalhos durante a pandemia”. “Não cabe ao Senado decidir se vai instalar ou quando vai funcionar, mas, sim, como vai proceder. Caberá ao Senado se por videoconferência, presencial ou semipresencial”, frisou.

Barroso afirmou que a CPI não tem apenas o papel de investigar “coisas erradas”, mas também de fazer diagnóstico e apontar decisões. “Aliás, neste momento, esse papel construtivo e propositivo é o mais necessário”, destacou. O ministro lembrou CPIs importantes instaladas em outros governos, como a do Mensalão, na gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele reiterou que a Constituição

“assegura às minorias parlamentares o direito a participarem da fiscalização e do controle dos atos do poder público, e trata-se de uma garantia democrática”, pontuando que o quórum para instalação de comissões é de um terço — ou seja, não exige maioria ou submissão ao plenário. Destacou, ainda, que requerimento para a instalação de colegiado precisa preencher três requisitos: assinatura de um terço dos integrantes da Casa (27 assinaturas), indicação de um fato determinado a ser apurado e prazo de duração. Os três pontos foram preenchidos.

“Cumpra salientar que quando o Supremo defende o direito das minorias deve ser exercido com parcimônia, e na vida ninguém deve presumir demais de si mesmo. E nas situações em que não estejam em jogo direitos fundamentais e os pressupostos da democracia, a Corte deve ser deferente para com a atuação dos poderes Legislativo e Executivo”, argumentou. “Decisões políticas devem ser tomadas por quem tem voto. Todavia, neste mandato de segurança, o que está em jogo não são decisões políticas, mas o cumprimento da Constituição, e o que se discute é o direito das minorias parlamentares de fiscalizarem o poder público — no caso específico, diante de uma pandemia que já consumiu 360 mil vidas apenas no Brasil.”

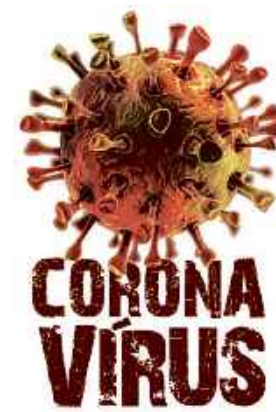
Após Barroso ler o voto, o presidente do STF, Luiz Fux, perguntou se os demais concordavam. Somente o ministro Marco Aurélio Mello pediu a palavra para divergir. Ele sustentou que não caberia ao plenário da Corte referendar mandado de segurança que já até surtiu efeito. Apesar disso, o magistrado afirmou concordar com a decisão.

Carlos Moura/SCO/STF



“Não cabe ao Senado decidir se vai instalar (a CPI) ou quando vai funcionar, mas, sim, como vai proceder”

Luís Roberto Barroso, ministro do STF



Ordem ao Senado

No último dia 8, Barroso determinou que o Senado instalasse a CPI, após pedido dos senadores Alessandro Vieira (SE) e Jorge Kajuru (GO), ambos do Cidadania. Eles alegavam que já havia quantidade suficiente de assinaturas no requerimento feito pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), mas, mesmo assim, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), resistia em instaurar a comissão. A decisão de Barroso enfureceu o presidente Jair Bolsonaro, que atacou o ministro, acusando-o de “militância política” e de “politicinha”.

Bolsonaro faz ameaça velada

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro voltou a criticar medidas restritivas adotadas por estados e municípios, como lockdown, e afirmou que espera “o povo dar uma sinalização” para agir, mas não disse que atitudes pretende tomar.

Citando duas matérias publicadas pelo **Correio** sobre insegurança alimentar no país, Bolsonaro tentou transferir responsabilidades e alegou que a política do “fique em casa” leva à fome e à miséria.

“Vai ter escassez. O que é comum quando tem escassez? O preço sobe, inflação. Vão culpar quem? O Brasil está no limite.

Pessoal fala que eu devo tomar providência. Estou aguardando o povo dar uma sinalização, porque a fome, a miséria, o desemprego estão aí. Só não vê quem não quer. Ou quem não está na rua. Eu sempre estive na rua”, ressaltou.

Bolsonaro comparou o país a um barril de pólvora e destacou que “fará o que o povo quiser que ele faça” em relação ao lockdown adotado por gestores estaduais e municipais. Porém, ponderou que “não está ameaçando ninguém”.

O chefe do Planalto comentou, também, o fato de a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), ter pedido ao presidente da Corte, Luiz Fux, a marcação do julgamento de uma noti-

cia-crime apresentada contra ele por suspeita de genocídio contra indígenas na crise sanitária.

“Esse pessoal, amigos do STF, daqui a pouco vamos ter uma crise enorme aqui. Eu vi que um ministro baixou lá um processo para me julgar por genocídio. Olha, quem fechou tudo, quem está com a política na mão não sou eu. Não quero brigar com ninguém, mas estamos na iminência de ter um problema sério no Brasil”, declarou.

Ele ainda criticou o ministro Luís Roberto Barroso, também do STF, por determinar a abertura da CPI da Covid no Senado. “É uma interferência, sim, desse ministro junto ao Senado para me atingir”, frisou.

>> entrevista IZALCI LUCAS | SENADOR

Por uma investigação racional

» JOÃO VITOR TAVARES*

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) criticou a falta de investimento em infraestrutura científica, “no passado”. “Se as pessoas reclamam da falta de vacina e medicamentos é porque não investiram corretamente em ciência e tecnologia”, afirmou, em entrevista ao **CB.Poder**, parceria entre o **Correio** e a **TV Brasília**. Ele disse que esteve com o diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, e com o sindicato das indústrias de produção de imunizante animal, para negociar a produção de insumos para a vacinação contra a covid-19.

O parlamentar também comentou sobre a CPI da Covid e a respeito do impasse na liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Há maioria de senadores independentes e de oposição na composição da CPI da Covid. Pode ser uma desvantagem para o governo nas investigações?

É importante investigar os fatos de maneira racional. Há membros que fazem isso. Há outros senadores que não apuram com a razão. Deve-se fazer o que é certo: apurar as irregularidades.

Com a CPI, que também vai analisar ações de estados e municípios durante a pandemia, as investigações começam pelo nível federal? Como será a ordem das apurações?

Independentemente de ter adicionado estados e municípios, é natural que, baseado no histórico de outras CPIs, os recursos federais, transferidos da União para estados, sejam analisados primeiro.

Como o senhor avalia as críticas do presidente Jair Bolsonaro em relação ao isolamento social e ao discurso de que “ele está esperando um sinal do povo”?

Lamento a falta de integração de estados e municípios com o



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

governo federal. Normalmente, o Brasil é governado pelo improviso. Nunca teve planejamento nem saúde preventiva. Lógico que o presidente tem razão sobre o prejuízo econômico daquelas pessoas desempregadas. Mas é preciso preservar primeiro a vida. Muitas distorções ocorreram em relação à abertura de comércio. Então, houve falta de foco e planejamento, como do cronograma de vacinação, que, inclusive, faltam insumos para produzi-la.

Vocês estiveram na Embaixada da China para discutir a produção de imunizantes. O Brasil vai receber mais insumos ou vai atrasar?


Esse é outro problema. Caso houvesse mais investimentos na infraestrutura científica no passado, o que, infelizmente, não ocorreu, hoje o país teria condições de produzir vacina. Agora, estamos correndo atrás disso. Estivemos com o diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, e com o sindicato das indústrias de produção de vacina animal. Nesse sentido, destaco que o Brasil é o maior exportador de carne do mundo. Então, as vacinas, a exemplo do imunizante contra a febre aftosa, são supercontroladas e com boa estrutura tecnológica, o que possibilita utilizar esse suporte para fazer o imunizante contra o coronavírus. Recebemos a informação

que estariam dispostos e em condições de produzir os insumos para a vacina. No entanto é preciso fazer adaptações nas máquinas, mas leva-se muito tempo. O que está sendo ajustado, agora, é a possibilidade de agilizar esse processo. Isso se concretizando, a produção de insumos ocorreria na faixa de 90 dias, com a liberação de até 500 milhões de imunizantes, que é a condição viável para a Butantan.

Como está o andamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)?

Nós conseguimos impedir o governo de utilizar o recurso em outras áreas, como pagamentos de dívidas. No ano passado, o Congresso aprovou a proposta do fundo, o Planalto vetou, o Congresso derrubou e, por fim, ajustou no Orçamento. Agora, o recurso passa a ser financeiro, gerando investimento. Assim, a quantia permanece no fundo para aplicações na ciência e tecnologia. Foi um grande avanço. Se as pessoas reclamam da falta de vacina e medicamentos é porque não investiram corretamente em ciência e tecnologia.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa



Auxílio Emergencial 2021

AUXÍLIO EMERGENCIAL DO GOVERNO FEDERAL

NASCIDOS DE JANEIRO A ABRIL JÁ RECEBERAM

HOJE É A VEZ DE QUEM NASCEU EM MAIO

USE O SEU DINHEIRO COM O CAIXA Tem

Para quem é do Bolsa Família, nada muda: o pagamento começa dia 16/04.

DÚVIDAS?

ACESSE [AUXILIO.CAIXA.GOV.BR](https://auxilio.caixa.gov.br) OU LIGUE 111.

